



INTERPOSIÇÕES RELIGIOSAS FRENTE À EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE COMO POLÍTICA DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE

Regina Bezerra de Gouveia; Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral

Universidade Católica de Pernambuco

RESUMO: Este artigo aborda as questões da Educação em Sexualidade e da Formação Pedagógica ancorado na Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, à luz das Ciências da Religião num contexto de profunda interposição política “religiosa”, refletindo sobre as contribuições que essas perspectivas apresentam para futuras pesquisas e para o atual posicionamento político-pedagógico diante da crescente onda de repressão, no âmbito brasileiro, no campo educacional em relação a Educação em Sexualidade. Optamos por adotar como parâmetros para refletir sobre o contexto atual brasileiro as teorias da sociologia/história da religião e dos estudos sobre sexualidade.

Palavras-chave: Educação em Sexualidade, religião, política de ensino, formação pedagógica.

INTRODUÇÃO

A história das religiões e as narrativas sociológicas revelam que a utilização dos aparatos políticos pela religião não é um fenômeno novo, incipiente. Em diferentes épocas da história humana, as religiões categorizadas como oficiais – mais adequado seria chamá-las de hegemônicas – perpetraram políticas alicerçadas em elementos de crença/fé e caminharam amparada por poderes políticos, que proclamavam decretos, leis [nem sempre humanitárias, democráticas] como pressupostos divinos e inquestionáveis. Protegidos pelo caráter heteronômico, ortodoxo, crimes foram cometidos em nome da fé na sociedade, a exemplo da inquisição,

da escravidão e do extermínio indígena no Brasil. Do mesmo modo, operou as religiões no tocante a sexualidade, a religião sempre se ocupou em regular, normatizar, silenciar as expressões sexuais, principalmente com relação às práticas em que não há função reprodutiva, reservadas ao puro prazer, isso ocorre munidos de diferentes interesses, não apenas de ordem religiosas e morais que implantam valores polarizados, mas envolvem outros interesses como assevera Fleuri (2013, p13) sobre as ações religiosas na sociedade:

“Este é um problema extremamente complexo porque tais atitudes, costumeiramente, não carregam motivações exclusivamente religiosas, mas grega razões de ordem econômica, social, política e cultural, variáveis a cada experiência histórica.”



Como defende Peter Berger (2004, p. 112)

“a religião aparece na história, quer como força que sustenta, quer como força que abala o mundo. Nessas duas manifestações ela tem sido tanto alienante quanto desalienante”.

Assim, a religião é um fenômeno que harmoniza os seres humanos e equiparam de sentidos a vida em sociedade, como também tem a capacidade de cercear direitos, provocar dor como defende Fleuri (2013, p.14):

Deste modo, crenças religiosas podem ser utilizadas para produzir *cegueiras*, endossar lógicas opressivas e exploradoras, subverter sentidos, alienar pessoas em favor de desejos particulares, movendo/alterando a vida cotidiana, destruindo, mutilando, silenciando mundos e vidas.

Diante da ampla competência, a religião merece ser refletida e compreendida como instrumento capaz de promover o acolhimento da diversidade onde todas e todos se vejam como sujeitos, integrantes da escola, da sociedade, dos direitos e deveres. O processo da secularização defendida pela perspectiva sociológica de Berger (2004, p. 119), que defende como

“o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos”

A partir de então os fenômenos religiosos com um caráter mais individual, pode

ocasionar processos de respeito às identidades plurais (SILVA, 1999).

Sexualidade e docência são gramáticas dialógicas?

Partindo do conceito de sexualidade, como um componente estruturador, que responde pela busca e produção de prazer-saúde e bem-estar, constituído e desenvolvido desde o ventre, seguindo as diferentes fases da vida, presente nos processos do envelhecimento até a morte, como fenômeno complexo, delineado numa trama com construtos fisiológicos, psicológicos, culturais, econômicos, religiosos e políticos que produzem intersubjetividades (LOURO 2007).

A sexualidade não é elemento desvinculado do ser humano, dos processos sociais, educacionais e formativos. Assim sua relação é intrínseca a docência, tanto quanto aos diferentes segmentos envolvidos na educação.

Nessa perspectiva diferentes instrumentos legais recomenda/orientam a Educação Sexual no âmbito educacional brasileiro, fruto de muitos estudos acadêmicos e científicos. Cientes da dimensão da sexualidade e do desconhecimento envolvendo seus correlatos aspectos e do princípio educacional que visa promover oportunidades para o crescimento e a formação como direito constitucional, a educação deve assegurar e garantir subsídios



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

para que crianças, jovens, adultos tenham acesso ao conhecimento e a princípios democráticos que respeita as identidades sexuais em suas singularidades, inspirando uma vivência na sociedade baseado nas alteridades.

Dentre os instrumentos que fundamenta a educação em sexualidade, conseguintemente a formação docente destacamos os citados por Machado e Piccollo (2010):

“Na condição de tema transversal das políticas sociais públicas, a categoria “diversidade sexual” e seus correlatos estão presentes em vários documentos nacionais, como: Parâmetros curriculares nacionais – temas transversais, Programa Brasil sem Homofobia, Dossiê saúde das mulheres lésbicas e II plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Segundo tais documentos, a inserção da discussão sobre diversidade sexual, juntamente com o tema mais amplo da sexualidade, principalmente nas políticas de saúde e de educação, tem como objetivos dar visibilidade a tais questões, além de promover a equiparação dos direitos sociais e a superação da violência e da discriminação em função da identidade e da orientação sexuais.” (Machado, Piccollo, 2010, p. 211)

A partir do final do século XX a sexualidade ganha acentuada ênfase nas pesquisas acadêmicas, portanto aqueles que estão nesses espaços têm oportunidade de acessar e dialogar com seus correspondentes temas. Mas os/as educadoras que

em sua formação não tiveram essa oportunidade, em épocas remotas, precisam ser impulsionados/as para compreender melhor a realidade sexual presentes nos espaços educacionais em todos os níveis de ensino. Bem como, aprender a lidar com acontecimentos violentos/discriminatórios relacionados à sexualidade.

Isso porque por muito tempo, quando a questão era sexualidade e educação no Brasil permaneceu a orientação pelo silêncio, produzindo a censura e o não-dito. Isso é ratificado por Novena (2010, p.23) ao afirmar que

“Esse “silêncio ameaçador” faz parte da produção de uma política do silêncio que atua tanto através da instalação da censura, ou seja, “aquilo que é proibido dizer em certa conjuntura”, como também, através da produção de um silêncio constitutivo que atua de maneira mais sutil e complexa, pois, instala “a censura” através da inclusão do não-dito;” é preciso não dizer para se poder dizer”

Relativo a essa questão, Lionço (2009, p.122) expõe

“Esse silêncio não é um vazio, mas funda um campo de significação heteronormativo que naturaliza o binarismo de gênero sexista e heterossexista, por meio do apagamento de outras formas de expressar o gênero e viver a sexualidade. Essa é uma dimensão produtiva do silêncio, de uma política na qual não falar de diversidade sexual impregna os



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

sujeitos de uma gama de sentidos heteronormativos sobre as possibilidades (legítimas e ilegítimas) de sexualidade e de afeto.”

A questão que se levanta crucial para alcançar este aspecto é a formação das/os educadoras/es que caminha com muitas deficiências de acordo com Marques (2009, p.73), que acrescenta,

“Merece destaque que nós professores, em nosso país, não somos formados na perspectiva da equidade entre os diferentes grupos sociais e muitas de nossas práticas não são refletidas sob esta perspectiva, favorecendo o desenvolvimento de atitudes excludentes e entre os próprios professores.”

Por essa razão a ênfase deve ser em torno da formação docente e diálogo sistemático com a comunidade escolar e sociedade, além de garantir um currículo que contemple as diferentes identidades (ARROYO, 2014). Principalmente no sentido de esclarecer distorções que deslegitima a educação em sexualidade.

Objetivamos socializar a experiência quanto integrante do Grupo de Trabalho em Educação em Sexualidade, na equipe de formação e na escrita da Política de Ensino da Rede Municipal de Recife.

Política de Ensino da Rede Municipal do Recife e os caminhos da formação docente

A formação em sexualidade ocorria na rede municipal do Recife, desde 1996, quando foi constituído o Grupo de Trabalho de Orientação em Sexual – GTOS¹, esse GT atuava fundamentado na perspectiva dos temas transversais.

O GT Realizava ações formativas nas unidades educacionais, além da realização de seminários, cursos e palestras. Em 2012, nos preliminares debates em torno da elaboração da Política de Ensino da Rede (RECIFE, 2014), a sexualidade também fez parte dessa discussão. Finalmente em 2014 o processo toma vida, em um processo democrático, dialógico, dialético. Uma comissão foi formada, os estudos fomentados. Seguiram-se inúmeras reuniões, promovidos com a aderência de diversos segmentos da Secretária de Educação do Recife. Este documento foi celebrado com princípios democráticos, norteadores para a garantia dos direitos humanos.

No eixo Diversidade da Política de Ensino, está presente a Educação em Sexualidade que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Educação em Sexualidade – GTES.

Direitos de aprendizagem em sexualidade.

¹ O Grupo de Trabalho em Orientação Sexual, que inicialmente incorporou esta nomenclatura, com a escrita da Política de Ensino optou pela nomenclatura Grupo de Trabalho de Educação em Sexualidade - **GTES** termo que vem sendo empregado pela UNESCO (2014, p. 11)



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Os Direitos de Aprendizagem da Sexualidade estão presentes desde o livro de Fundamentos Teóricos, a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, até a Educação de Jovens, Adultos e Idosos/as.

Nestes títulos são apresentados os Direitos de Aprendizagem a partir de três eixos temáticos, que compreendem: 1) corpo: concebido como um todo integrado que inclui a dimensão biológica com seus sistemas interligados; – a dimensão psicológica – com os sentimentos e sensações de prazer e desprazer; – e, a dimensão social – com a participação dos elementos culturais e históricos na construção de sua percepção; 2) relações e justiça de gênero: refere-se ao respeito às diferenças em relação aos atributos, papéis e vivências que expressam o que significa serem homem e mulher na vida social, para além da heteronormatividade e das fronteiras de gênero; e 3) diversidade sexual: refere-se às diversas possibilidades de existir na sexualidade considerando as identidades sexuais e de gênero. Essa produção representa uma postura política e pedagógica, de extrema urgência mediante inúmeras violações de direitos, tantos na sociedade, como nas escolas, no tocante as questões relativas à sexualidade e suas expressões. Neste documento estão fundamentadas as diretrizes da Educação em Sexualidade para Rede Municipal do Recife em busca da garantia dos Direitos de Aprendizagem em

Sexualidade na educação, processo esse que vai a sintonia com a Constituição Federal que defende o Direito à Educação para todos/as, independente de raça, classe social, religião, gênero e orientação sexual, bem como com outros documentos como: Princípios de Yogyakarta (2007), Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro da UNESCO, 2013, BRASIL (1989) e (2010).

Mediante a escrita e publicação da Política de Ensino a direção a seguir era focar na formação docente. Além de promover o debate com toda comunidade escola.

As formações foram efetivadas em 2015, nas narrativas docentes diversas representações surgiram desde aquelas que indicavam a necessidade de ampliar as formações a todos os elementos humanos presentes na escola, como as que expressavam resistência a temática, por inexperiência para lidar com o tema ou por questões religiosas. De modo geral, as avaliações são positivas e estimulantes a seguir ampliando e compartilhando de diferentes cosmovisões a respeito da sexualidade. Em 2016 irá abranger 100% da rede municipal de educação do Recife.

Entretanto, os desafios são reais e incidentes, principalmente com a interposição de “políticos/religiosos” nas questões sociais,

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

políticas públicas/processo educacional em todo país. A presente atuação da “bancada” evangélica no cenário nacional é majoritariamente marcada pelos discursos de ódio, intolerância, exclusão, preconceitos. Em 2015, presenciamos uma enxurrada de ações de caráter repressor as temáticas da sexualidade na educação. Houve em Pernambuco a defesa da eliminação do Plano Estadual de Educação – que estava em tramitação na Assembleia – de todos os tópicos relativos à educação sexual, bem como as questões relativas à formação inicial e continuada dos/as profissionais de educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, sendo aprovadas sem referência as questões de gênero e diversidade sexual. Já o Plano Municipal de Educação que foi aprovado em 22/06/2015 na câmara tendo sido suprimido as propostas relativas a gênero e diversidade sexual, em função da rejeição da bancada evangélica. Atualmente em tramitação há o PLO 26/2016 - PROJETO DE LEI ORDINÁRIA, do vereador Carlos Gueiros, que visa proibir em todas as unidades escolares da rede de ensino público do município, a utilização de livros e outros meios definidos que versem sobre a ideologia de gênero e a diversidade sexual.

Alcançando espaços estratégicos de poder (FOUCAULT, 1986) e decisão política como no legislativo, esses representantes “religiosos” apropriados do

discurso raso, incitam a exclusão e a fixação das diferenças como desigualdades, marginalidade, ofensa ou como ameaçador da ordem, naturalizando as divisões sexuais de poder/raça/gênero. Esses discursos transvestidos de religiosidade e divindade incitam a exclusão, a opressão e o ódio que reverberam na sociedade a longo tempo, alcançando neste momento índices alarmantes.

Assim, se faz necessário ampliar o debate sobre sexualidade, educação religião e política. Ao lado da Educação as Ciências da Religião tem grande contribuição nessa seara por diferenciar a distorção da religiosidade que reverbera para o fundamentalismo/fanatismo e o princípio da alteridade que deve nortear religiosos/as e aqueles/as que não professam uma religião para promover um diálogo permanente em busca dos direitos humanitários de acordo com Teixeira (2003).

É inegável a importância da religião e seu construto social e histórico que faz interfaces com a educação e demais instituições sociais. Ao longo da história da humanidade a religião tem papel fundante, marcado por eventos libertários e outros sanguinários (STEARNS, 2010). Se por um lado pessoas se apropriaram de um discurso religioso para promover a opressão, o ódio e a exclusão, outros



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

apresentam uma postura e ação religiosa que agrega a diversidade, a justiça e participação social. Não se pode reduzir o princípio religioso à mesquinhez de pessoas equivocada, bélicas e opressoras que fazem uso dos aparelhos, simbolismos religiosos para disseminar a violência e satisfazer a ganância.

É um equívoco considerar que estão em trincheiras oponentes a religião e a sexualidade. Sempre houvesse entre ambas uma estreita relação. As religiões sancionam, aprovam, reprovam roteiros, padrões e práticas sexuais, ora punindo ou premiando seus seguidores em função da sexualidade segundo Endjso (2014). Sendo a diversidade de estruturas, padrões e concepções a respeito da sexualidade e suas práticas sexuais/eróticas atreladas as diferentes religiões uma indicação de que o discurso universalista dos/as intolerantes religiosos/as um terreno legitimamente questionável. Consolidando a gramática da sexualidade e da religião um campo precioso para pesquisa e debate.

Em 2015 diante deste cenário nacional buscamos ingressar no Mestrado em Ciências da Religião – UNICAP com objetivo de pesquisar as RS dos/das educadores/as da rede municipal de educação de Recife a interface representativa entre religião e homofobia, a partir da experiência da formação continuada.

A atual configuração política reivindica esforços e posicionamentos políticos que defendam e promovam uma educação que respeite a diversidade e a construção de uma sociedade justa de democrática. Reafirmamos pelas palavras de (FLEURI, 2013, p.56):

“Apenas com uma educação *em/para/com* direitos humanos pautada na ética da alteridade construiremos uma *cultura de paz* e uma sociedade na qual todos os seres vivos devem ter seus direitos assegurados e garantidos.”

Isso será perfeitamente possível pelas vias do diálogo entre as diversas identidades religiosas, não-religiosas, sexuais, gênero, étnicas, políticas.

METODOLOGIA

Minayo (2013) destaca como pressupostos para a pesquisa, a atitude de permanente busca pela descoberta. Adotando como contraponto a compreensão que nenhum conhecimento se produz concluído, hermeticamente, mas sinaliza para possíveis aberturas – caminhos, uma vez que as representações sociais são dinâmicas e plurais.

De acordo com Tezani (MINAYO *apud* TEZANI, 2004, p. 03).

Na relação do pesquisador com seus valores há também a questão dos paradigmas que cada um possui suas vivências e interações que realiza com os atores sociais, proporcionando

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

a construção do processo de conhecimento através da pesquisa, que caminha desde a concepção do objeto de estudo em todas as suas dimensões até o resultado final do trabalho de pesquisa

Nesta perspectiva, estamos conscientes de que pesquisar é olhar e nesse olhar apurado é necessário considerar que não há olhar despido de paradigmas, conceitos, vivências, subjetividades, como não há mostrar-se neutro. É imprescindível considerar todas as representações da/os professoras/es, pais, mães, religiosos e não religiosos e demais elementos que compõe o cotidiano escolar.

CONCLUSÕES

A análise documental, tanto da Política de Ensino, dos Planos de Educação, quanto das avaliações das formações realizadas em 2015, possibilitou um olhar panorâmico, em que fica claro a necessidade do debate/diálogo com sociedade a fim de superar um desafio legítimo, garantia a Educação Sexual e romper com os silenciamentos e as violações de direitos na Educação. Essa pesquisa prossegue em andamento em função da pesquisa de Mestrado em Ciências da Religião – UNICAP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa /Miguel G. Arroyo. – 5. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BERGER, P. L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 5º Ed. 1996. 2010.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

LOURO, L. Garcia. O corpo educado: pedagogias da sexualidade / 2. ed., 3ª reimpressão — Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 6 ed. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FLEURI, Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver / Reinaldo Matias Fleuri ... [et al.] (orgs). - Blumenau: Edifurb, 2013.)

MACHADO, Maria das Dores Campos. PICCOLLO, Fernanda Delvalhas. (Orgs). *Religião e homossexualidades* – Rio de



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Janeiro: Editora FGV, 2010. 268 p. –
(Análises sociais contemporâneas).

MARQUES, L.R. M. Protagonismo escolar em diversidade, diferenças e direitos. In: SCOTT, P. LEWIS, L. QUADROS, M. T. Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente. Recife, Ed. Universitária, 2009.

NOVENA, N. P. A sexualidade na organização escolar: narrativas do silêncio. Recife: EDUPE, 2011

RECIFE. Secretaria de Educação. Política de ensino: educação de jovens e adultos/ organização: Élia de Fátima Lopes Maçaira, Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza. – Recife: Secretaria de Educação, 2015. 236 p.: il. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 5).

<http://www.recife.pe.gov.br/efaBRASILerpaulofreire/sites/default/files/JovenseAdultos.pdf>

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TEIXEIRA, Faustino. O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milênio. Horizonte, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 19-38, 2º sem. 2003.

Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/596/623>

TEZANI, T. C. R. As interfaces da pesquisa etnográfica na educação. São Paulo. 2004. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&ved=0CG8QFjAH&url=http%3A%2F%2Fwww.periodicos.udesc.br%2Findex.php%2Flinhas%2Farticle%2Fdownload%2F1237%2F1050&ei=DCM9UpTIJomG9QS6noHQCg&usq=AFQjCNFwzOVrFh8VIKnks4RvhKWR2-PnuQ&sig2=JJGRyrYg7ONX3-d99Z8oGw>

<http://www.alepe.pe.gov.br/2015/06/12/plano-de-educacao-cleiton-collins-volta-a-criticar-pontos-do-projeto/>

<http://www.recife.pe.leg.br/noticias/camara-aprova-plano-de-educacao/>

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br